

ATA Nº 32/2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2021.-----

Ao vigésimo oitavo (28) dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um (2021), às quatorze horas, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Pejuçara, situado à Rua Getúlio Vargas, 597, nesta Cidade, em atendimento ao disposto no § 4º, do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2001), foi realizada Audiência Pública a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e da seguridade social referente ao 1º Quadrimestre de 2021. Diante do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) e, desta forma, devido às recomendações legais e sanitárias de distanciamento social, a fim de atender aos princípios da gestão democrática das cidades e da transparência da gestão fiscal, que se concretizam, dentre outros instrumentos, através de oitivas à sociedade, mediante a realização de audiências públicas, realizou-se a audiência pública de forma virtual e *online* via Google Meet, mediante a disponibilização antecipada do link de acesso no site do Poder Legislativo Municipal, possibilitando a participação de quaisquer interessados na transmissão ao vivo, sem a necessidade da presença física e atendendo satisfatoriamente aos princípios antes referidos. Na oportunidade, participaram presencialmente, no Plenário da Câmara de Vereadores, apenas o Presidente da Câmara de Vereadores, vereador Francisco Luis Rui Junior, os vereadores Adriano Rodrigues da Silva, Matheus Villani Perlin e Cerineu José Mantovani, a Prefeita Municipal Flaviana Brandenburg Basso, as servidoras do Legislativo Estela Parussolo de Andrade e Bruna Zambon e a Secretária Municipal da Fazenda Dulcimara Dal Forno Alves, que explanou o relatório encaminhado dentro das normativas e prazos fixados pela Lei Federal. Acompanharam, ainda, de forma remota, demais servidores do Poder Executivo, vereadores e alguns Munícipes. Diante do horário acordado para iniciar a transmissão ao vivo, o Presidente da Câmara de Vereadores, Ver. Francisco Luis Rui Junior, conduziu a explanação inicial e agradeceu a presença de todos naquele ato. A Audiência foi presidida pela Secretária Municipal da Fazenda, Sra. Dulcimara Dal Forno Alves. Dando início aos trabalhos, a Sra. Dulcimara Dal Forno Alves, servidora pública e Secretária da Fazenda realizou uma breve explanação sobre o tema e iniciou falando que na data de hoje estaria sendo demonstrado o relatório simplificado do 1º Quadrimestre de 2021. Inicialmente foi esclarecido pela Secretária da Fazenda que os números apresentados são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no mural e *site* da Prefeitura, de forma que os resultados seriam apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada. Iniciada a Audiência Pública, a Secretária da Fazenda iniciou sua fala apresentando a Análise do Comportamento Global da Receita, oportunidade em que foi dito que o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, incluídas as operações

intraorçamentárias e excluídas as deduções da receita foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2021 no montante de R\$ 31.250.000,00, sendo que a receita efetivada no período de janeiro a abril foi de R\$ 10.043.419,15, logo, foi arrecadado 32,14% da meta anual. Ainda, quanto ao tópico ora apresentado, foi dito que nesse grupo as receitas mais significativas foram as transferências correntes, as receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria e as receitas patrimoniais, que figuraram, respectivamente, com 37,03%, 21,87% e 16,63% do total das receitas correntes realizadas, somando o montante de R\$ 492.264,36, que, confrontada com a previsão anual de R\$ 2.402.000,00, representa uma realização de 20,49%. Foi dito ainda que se arrecadou a título de IPTU 26,39% da meta anual, ou seja, R\$ 116.543,25. Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI acumulou-se uma arrecadação de R\$ 84.338,38, correspondendo a 16,87% do valor previsto para 2021. Em relação ao ISS, a arrecadação no período foi de R\$ 67.898,14 o que representa 20,09% da previsão. As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 65.904,07, portanto 21,68% da meta anual. Os ingressos originados da Contribuição de Melhoria acumularam no ano o valor de R\$ 29.920,00, correspondendo a 12,52% da previsão anual. Logo, o total das receitas tributárias líquidas, já descontada as deduções, corresponde a R\$ 492.264,36, perfazendo o percentual de 20,49% do valor projetado para o exercício de 2021. Quanto às Receitas de Contribuição foi dito que acumularam no ano o valor de R\$ 291.726,93, representando 28,05% da previsão anual, sendo que as receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes das contribuições previdenciárias e registraram uma arrecadação de R\$ 290.146,87 correspondendo a 28,73% da projeção inicial. Quanto às transferências correntes foi dito que o item mais significativo se refere às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios, que realizou R\$ 3.477.806,39 no período, correspondendo a 37,63% da previsão anual. Ainda, que Outras Transferências da União para aplicação em despesas correntes representam um valor de R\$ 240.000,00, de forma que esse recurso é para uso exclusivo da COVID 19, e que nas Outra Transferências da União recebeu-se o crédito de R\$ 31.395,29 do ICMS referente a desoneração PLP 133/20. Nas Transferências do Estado, destacou-se a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município até o período foram de R\$ 3.441.227,41, ou seja, 35,11% da expectativa anual, que é de R\$ 9.800.000,00. Ainda foi dito que a segunda maior fonte de repasse do Estado é oriunda da arrecadação do IPVA. A previsão anual foi no valor de 750.000,00, sendo arrecadado 57,25%, correspondendo a R\$ 429.412,74. No tocante às transferências do FUNDEB foi dito que o Município recebeu, em razão do número de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de R\$ 1.062.373,16, representando 42,49% da previsão anual, sendo que, por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo fundo com o valor de R\$ 1.482.053,32, correspondendo 37,91% do total previsto para o ano, de forma que a perda do FUNDEB do período foi de R\$ 419.680,16. Quanto às receitas de capital foi dito que se alcançou 2,43% do projetado com o valor de amortização de empréstimos, que arrecadou 19,87% da previsão anual de R\$

35.000,00. Na sequência foi explanado sobre a análise do comportamento da despesa, oportunidade em que foi dito que a despesa total liquidada no período de janeiro a abril de 2021 apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada, sendo que em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,87, de forma que as despesas não superaram as receitas, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 1.310.409,71, de modo que esse resultado da execução orçamentária contribuiu para o atingimento das metas fiscais estabelecidas para o período. Quanto às despesas com juros e amortização da dívida foi dito que os juros e encargos da dívida somaram R\$ 31.935,80, correspondendo a 22,02% do total estimado para o ano e as despesas com a amortização da dívida, com valor de R\$ 141.130,63 representaram um desembolso correspondente a 33,60% do total orçado, de forma que o Município além de honrar com a totalidade do pagamento dos juros, também realizou amortização líquida do principal de sua dívida. Quanto à apresentação dos investimentos realizados foi dito que os mesmos somaram o valor de R\$ 576.643,51, totalizando 70,92% do valor orçado para o exercício no valor de 813.000,00. Na sequência, quanto à explanação sobre a manutenção e desenvolvimento do ensino foi dito que no acumulado do ano totalizou-se R\$ 2.115.185,48, o que corresponde a 26,95% da receita de impostos e transferências no valor de R\$ 1.961.972,29, sendo que em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação ao FUNDEB, apresentando uma perda no valor de R\$ 419.680,16, que deverá ser computado nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites. Com relação ao FUNDEB, foi dito que uma parcela não inferior a 70% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, de forma que nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município dispendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 782.201,70, o que corresponde a 73,61% dos recursos do referido fundo, atendendo o dispositivo legal supracitado. Na explanação das ações e serviços públicos de saúde foi dito que os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 1.309.317,28, o que corresponde a 16,68% sobre a receita líquida de impostos e transferências no valor de R\$ 1.177.183,37, de forma que houve o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012. Quanto às receitas e despesas previdenciárias foi dito que no período observado as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 1.425.457,06, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência tiveram uma liquidação total de R\$ 1.081.051,99, obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 344.405,07 o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 22.761.306,44, os quais se encontram depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos. Por fim foi apresentado o resultado primário, que é o principal indicador de solvência fiscal do setor público. Foi dito que no período de janeiro a abril de 2021 o resultado primário foi de R\$ 1.104.870,17, superior ao valor inicialmente previsto de R\$ - 59.000,00, o que demonstra que as receitas

primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias. Foi dito ainda que o superávit observado se deuu, principalmente, ao comportamento positivo das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de investimentos temporários e permanentes que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ 8.736.139,75 correspondendo a 34,41% da meta prevista. O valor verificado foi superior às despesas primárias, representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos, que corresponderam, no mesmo período, a R\$ 7.631.269,58. Logo, os valores apresentados permitiram a obtenção de um Resultado Primário de R\$ 1.104.870,17. Para encerrar foi dito, portanto, que os resultados apresentados permitiram concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada e as metas fiscais estabelecidas foram atingidas, além de ter havido o atendimento aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Encerrada a exposição a Secretária da Fazenda e o Presidente do Legislativo deixou a palavra livre para os questionamentos. Houve participação dos vereadores solicitando esclarecimentos bem como de cidadãos que assistiram à apresentação, os quais foram respondidos e esclarecidos tanto pela Secretária da Fazenda Municipal quanto pelo Presidente do Legislativo e pela Prefeita Municipal. Não houve mais uso da palavra. Como não havia mais nada a tratar, a Secretaria Municipal da Fazenda, Dulcimara Dal Forno Alves e o Presidente da Câmara de Vereadores, Francisco Luis Rui Junior, agradeceram a presença de todos e encerraram a Audiência Pública. Para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelo Presidente da Câmara, Francisco Luis Rui Junior e pela Secretaria Municipal da Fazenda, Dulcimara Dal Forno Alves. Câmara Municipal de Vereadores de Pejuçara, em 28 de maio de 2021.-----